



BALANÇO DO SEMESTRE LEGISLATIVO

O principal destaque do primeiro semestre na Câmara foi a aprovação das novas regras da reforma tributária

A aprovação do Projeto de Lei Complementar 68/24, que regulamenta parte da reforma tributária, foi um dos principais destaques das votações da Câmara dos Deputados no primeiro semestre deste ano. Outras propostas importantes aprovadas incluem a reformulação do ensino médio (PL 5230/23), o aumento das penas para assassinato em escolas (PL 3613/23), e a criação de um cadastro de condenados por crimes contra a mulher (PL 1099/24).

Diversos projetos de auxílio ao Rio Grande do Sul também foram aprovados, além de uma proposta de emenda à Constituição que reserva 5% das emendas parlamentares à Defesa Civil (PEC 44/23).

A regulamentação da produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono (PL 2308/23) e os incentivos para combustíveis renováveis (PL 327/21) foram outros temas abordados e aprovados.

Ao todo, a Câmara dos Deputados aprovou 98 propostas no Plenário neste primeiro semestre, incluindo 64 projetos de lei, 2 propostas de emenda à Constituição, 4 medidas provisórias, 5 projetos de lei complementar, 20 projetos de decreto legislativo e 3 projetos de resolução.

Adicionalmente, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou 107 projetos de lei em caráter conclusivo, que não precisam passar pelo Plenário.

No contexto das enchentes no Rio Grande do Sul, a Câmara aprovou várias medidas para mitigar os impactos. Essas medidas incluem a suspensão da dívida do estado com a União por 36 meses (PLP 85/24), a isenção do IPI para a compra de móveis e eletrodomésticos da linha branca por atingidos pela inundação (PL 4731/23) e o perdão ou adiamento de parcelas de financiamentos rurais (PL 1536/24).

